

Autor: Jordana Gabriel Sara Girardello – Assessora Técnica da Comissão Nacional de Irrigação

Promotor: Diretoria Técnica

Assunto: Posicionamento do setor para revisão do PNRH 2022/40

Sumário:

A presente nota técnica traz as demandas do setor agropecuário, principalmente da agricultura irrigada, para serem contemplados na revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), com objetivo de contemplar a expectativa do crescimento da irrigação para os próximos 20 anos e de forma paralela trabalhar as diretrizes e políticas públicas da irrigação no país, como um Plano Nacional de Irrigação.

Palavras chave: Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH); Plano Nacional de Irrigação (PNI); Irrigação.

1. Introdução

Existe uma grande preocupação mundial com as questões ambientais e a necessidade de produzir alimentos em quantidade e qualidade suficientes para suprir as crescentes demandas. Nesse cenário a agricultura irrigada tem um papel importante a desempenhar em relação a esses dois aspectos e cabe ao setor criar medidas que possam viabilizar o crescimento de forma sustentável, com políticas públicas e estruturantes em um curto, médio e longo prazo.

A produção agropecuária brasileira vem ao longo das décadas avançando em relação ao desenvolvimento científico e tecnológico, com destaque para aplicações em engenharia genética, bioquímica, automação, informática, entre outros, que resultou em um fluxo constante de inovação, potencializando os melhores usos para os recursos naturais.

Se usarmos como exemplo a produção de soja, na década de 70 sem a tecnologia existente hoje, no Brasil, para manter os atuais índices de produtividade, seria necessário expandir a área plantada em 195%, ou seja, praticamente o triplo do que temos hoje. O uso da tecnologia pelos produtores brasileiros de soja poupou nas últimas décadas mais de 71 milhões de hectares, o equivalente ao somatório dos territórios da França e da Irlanda.

De acordo com levantamento realizado pelo MAPA, em relação à eficiência nas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE's), o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Gases de efeito Estufa (ABC) alcançou 115% das metas voluntárias de redução em volume de CO₂Eq, com adoção de tecnologias de redução dos GEE's em 52 milhões de hectares e mitigação de 170 milhões Mg CO₂ eq. (equivalência de dióxido de carbono). Dentre as tecnologias temos a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, 4 milhões de hectares de integração lavoura-pecuária-floresta, 8 milhões de hectares com plantio direto, 3 milhões de hectares de florestas plantadas e várias outras tecnologias de produção com baixa emissão de gases do efeito estufa.

Este salto tecnológico e produtivo tem a irrigação como uma das principais fontes de verticalização da produção. Apesar de o uso da água não ser prioritário para a produção de alimentos e a segurança alimentar há a necessidade de entendê-la como importante para a segurança nacional diante de sua importância como setor base da economia, gerador de divisas, promotor do desenvolvimento social e ambiental que coloca agropecuária brasileira como uma das mais sustentáveis do mundo.

Uma vez que não existe a agricultura sem água, torna-se necessário priorizar seu uso para produção de alimentos dentro da base de dados de planejamento estratégico do uso dos recursos hídricos. Este planejamento atende pelo nome de Plano Nacional dos Recursos Hídricos onde se planeja a manutenção e expansão das áreas irrigadas de forma ordenada, evitando conflitos pelo uso da água com base na articulação entre os diversos setores usuários para a construção de soluções que garantam os usos múltiplos das águas, ampliando a área irrigada de forma consistente, que hoje ainda se encontra abaixo do potencial irrigável efetivo do país.

2. Diagnóstico e contexto histórico

O Plano em seu primeiro período não contemplava de forma efetiva uma proposta de procedimentos para enfrentamento dos momentos de escassez. Estamos presenciando nos últimos anos diversos alertas de crise hídrica para alguns estados, contribuindo para uma potencial insegurança alimentar no país. Urge a proposta de um modelo de gestão adotado em todos os setores não sejam os causadores dessa crise em períodos de seca ou baixa precipitação por alguma ineficiência de manejo ou falta de planejamento, pois essas crises refletem, e refletirão cada vez mais fortemente, em crises alimentares e econômicas.

Segundo o Atlas da Irrigação, publicado pela ANA – Agência Nacional de Águas e atualizado em 2021, o Brasil possui 8,2 milhões de hectares irrigados com projeção de crescimento de 250 mil/ha/ano até 2040, em um cenário tendencial. O momento de começar a pensar nas políticas estruturantes é agora e de imediato para que o potencial possa ser alcançado até 2040. O potencial de crescimento é de 55 milhões de hectares, mas quando levamos em consideração os aspectos estruturantes como logística de escoamento e energia, levando em consideração disponibilidade hídrica nos mananciais chega ao efetivo de 13,7 milhões de ha, o que representaria um crescimento acelerado de 300 mil/ha/ano. Estes números podem ser considerados conservadores, visto que o PNRH está em fase de elaboração e não contempla novas diretrizes de gestão de recursos hídricos.

Existe a necessidade que a irrigação entre no cenário de projeção de crescimento para fins de gestão de recursos hídricos e tenha sua disponibilidade prevista e contemplada no PNRH, para que as políticas setoriais possam traçar as metas e ações para que sejam implantadas políticas públicas ao setor e os estados apliquem essas previsões na gestão estadual.

3. Considerações ao PNRH

A segurança hídrica é o pilar fundamental do desenvolvimento do país, portanto, todos os setores devem ser contemplados e abarcados para que a multiplicidade dos usos, previsto por Lei, seja efetivamente cumprida e o país tenha o desenvolvimento sustentável.

É preciso compreender que a gestão ineficiente dos usos potenciais, em escala nacional, ocasiona conflito pelo uso de recursos hídricos, pois as águas superficiais, que estão em maior disponibilidade para os usos agropecuários, apresentam grandes variações em curtos períodos de tempo – dias, semanas ou meses. Essas variações são resultantes das chuvas, dessa maneira, é possível observar que durante um ano, em uma mesma localidade, a quantidade de água disponível pode ser suficiente para atender todas as demandas e, no ano seguinte, ser insuficiente para atendê-las.

Outro aspecto importante se configura nas demandas hídricas, que são crescentes e variáveis, por isso a importância da gestão dos recursos hídricos. O planejamento em escala nacional coloca todos os setores usuários em situação paritária e projeta os crescimentos no cenário futuro, dessa forma saberemos, em um prazo de 20 anos, o crescimento esperado por tipo de uso, com isso os setores devem fazer seus planejamentos para evitar conflitos em médio e longo prazo.

No caso do setor de irrigação, a segurança da produção de alimentos está diretamente ligada a reservação de água. Com os setores planejados para atender suas demandas futuras os conflitos tendem a diminuir. Como exemplo, os centros urbanos ao realizarem a projeção de crescimento da população devem prever a demanda futura e onde será necessário investir para que a população não fique desabastecida. Dessa forma os demais setores usuários não serão prejudicados devido a priorização em Lei, tendo restringidos seu acesso a água por falta de planejamento do setor considerado prioritário e não devido às questões climáticas atípicas ou desconhecidas. Tanto pela falta de água na torneira quanto de alimento na mesa, a sociedade é sempre a maior prejudicada.

Ainda falta, em nível nacional, um planejamento com metas claras que tragam uma visão de curto, médio e longo prazo, para que o país possa enfrentar de forma coordenada e integrada os momentos de crises hídricas. Algumas regiões estão mais preparadas que outras no enfrentamento de combate à escassez. O setor agropecuário tem se preparado de forma mais efetiva na garantia da sustentabilidade em seu processo produtivo. É preciso integrar a PNRH com as demais políticas públicas setoriais e definir as prioridades de uso da água para os momentos de escassez hídrica, de forma a cobrar planejamentos concretos dos setores usuários e as alternativas para os períodos de baixa precipitação, que deve considerar as necessidades básicas do país e as especificidades de cada região.

Em situações de extrema escassez, por regimes hidrológicos em discrepância com as expectativas do decênio, é importante que todas as soluções possíveis sejam consideradas e analisadas para que a sociedade sofra o menos possível. Dentre essas

soluções, as mais factíveis são as pactuadas com os usuários daquela região de criticidade hídrica, essa maneira de atuação possibilita a definição da melhor estratégia para o enfrentamento desse período, com o menor impacto aos usuários envolvidos, incluindo a população. O setor agropecuário não pode ser apenas reativo aos acontecimentos, é preciso que as instâncias tomadoras de decisão da política nacional de recursos hídricos e os Comitês de Bacia, dialoguem com as instituições públicas e privadas para trabalhar de maneira integrada, com uma comunicação precisa e eficiente, efetivando o enfrentamento da crise hídrica.

Nesse sentido seguem as contribuições do setor agropecuário com o intuito de contribuir com a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2022/2040:

Outorga:

1. Avançar nos mecanismos de outorga, com diretrizes para outorga coletiva e outorga sazonal;
2. Parametrizar a metodologia para vazão outorgável nas bacias, pois em uma mesma bacia hidrográfica podem existir até 4 metodologias;
3. Ter um sistema nacional, incluindo compartilhamento de rede de monitoramento, com padrões e metodologias informatizados para que o país avance no mesmo ritmo. Atualmente, os estados estão em níveis muito diferentes de implementação do instrumento de outorga, alguns já aplicam as outorgas preventivas e de lançamento, enquanto outros acabaram de iniciar as outorgas de direito de uso de recursos hídricos.

2. Cobrança:

1. Direcionar, e se possível priorizar, parte dos recursos para rede de monitoramento hidrológico com sistema robusto de informação e monitoramento dos rios, para que não seja exigido controle individual por ponto de captação, que para fins de gestão pouco contribui;
2. Aplicar recursos da cobrança em programas de assistência técnica e gerencial no manejo de solo nas propriedades rurais, com objetivo de aumentar a quantidade e qualidade de água nas bacias hidrográficas, com foco na revitalização.

3. Reuso:

1. Atualmente existem duas resoluções do CNRH que tratam do reuso direto da água. Para o setor da irrigação, o reuso direto é muito caro dado o volume de água e o valor do seu transporte. É necessário regulamentar o reuso indireto, que permite melhorar a classe do curso d'água, além de prestar serviços ambientais;
2. Diretrizes e normas claras para que o reuso não seja um problema futuro de segurança alimentar, através da atualização das Resoluções existentes hoje no CONAMA e CNRH;

3. Assistência técnica e linhas de crédito para incentivar o reúso da água, não apenas o reúso de dejetos, mas a reservação de água da chuva, uma vez que essa fonte ainda ajudaria na diminuição da pressão sobre os reservatórios de água para produção de energia elétrica além de diminuir a emissões de CO². E nas linhas já disponíveis no ABC para tratamento de dejetos e resíduos oriundos da produção animal para geração de energia e compostagem a revisão verificar a baixa adesão de médios e pequenos produtores, pois muitas vezes o grande número de exigências faz com que o produtor acesse outra linha ou não implante a tecnologia.

4. Segurança hídrica:

1. Fortalecer a assistência técnica e os programas de manejo e conservação de solo, com foco na infiltração da água, cujo objetivo é aumentar a disponibilidade hídrica na bacia hidrográfica;
2. Reservação de água como estratégia de regulação e perenização de corpos hídricos. O plano deve ter a reservação como estratégia, prezando sempre pelos usos múltiplos da água;
3. Procedimentos para enfrentamento nos momentos de escassez hídrica. Como o momento que estamos agora e se tornou recorrente nos últimos anos, por falta de uma gestão integrada dos setores usuários com a política nacional de recursos hídricos;
4. Contemplar os usos atuais e a projeção dos usos futuros para todos os setores usuários de recursos hídricos, que as políticas setoriais sejam feitas com respeito a esse ordenamento prévio, e que os principais atores de cada setor sejam convidados para participar das diretrizes gerais setoriais, com intuito de garantir a multiplicidade dos usos, bem como na construção de matrizes que contemplem todos os usuários, com amplitude a todos os produtos necessários ao desenvolvimento social e econômico do país;

5. Reservação de água:

1. Necessidade de mapa espacializado, com georreferenciamento das áreas onde o uso da irrigação foi definido como prioritário pelo Comitê de Bacias. Essa informação, sobreposta com a informação de potencial de expansão de áreas irrigadas (do estudo da ESALQ/MDR), favorecerá informações para traçar o crescimento adequado da irrigação de forma segura e organizada, favorecendo também, o planejamento para os outros setores;
2. Indicar locais de construção com viabilidade para instalação de grandes barragens, que podem regularizar vazão e atender mais usuários na época

da seca, principalmente em áreas com problema de escassez esse dispositivo se torna uma ferramenta para a segurança hídrica. É importante a determinação desses locais de barramentos para gestão de água, como é feito em outros países, mas deve ser colocado como gestão e segurança alimentar, abastecimento;

O planejamento setorial, com respeito aos cenários de crescimento e ao diálogo entre todos os usuários no Plano Nacional de Recursos Hídricos, é crucial para que o país não sofra mais com crises hídricas oriundas de problemas conhecidos, como períodos de seca, e se torne protagonista na gestão integrada dos usos, com respeito às as especificidades de cada setor e, acima de tudo, a importância econômica, social e ambiental por eles trabalhadas diariamente. A palavra final é dialogar, entender as diferenças setoriais e pactuar.

JORDANA GABRIEL SARA GIRARDELLO
Assessora Técnica da Comissão Nacional de Irrigação